

PESQUISA INTERPRETATIVISTA EM LINGÜÍSTICA
APLICADA: A LINGUAGEM COMO CONDIÇÃO E SOLUÇÃO(1)

Luiz Paulo da MOITA LOPES (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

ABSTRACT: In this paper, the interpretativist tradition of research in Applied Linguistics is discussed. This is done through a comparison between the positivist and the interpretativist modes of research on the basis of their ontological, epistemological and methodological principles. It is argued that since language both conditions social reality - ie, men construct it through language use - and offers the means for its comprehension, the interpretativist tradition seems to be more adequate to the type of data one is confronted with when doing research in Applied Linguistics. The interpretativist tradition is exemplified through the discussion of two types of research paradigms: the ethnographic and the introspective paradigms.

0. Introdução

Antes de tratar da questão da pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada (LA), tema central deste trabalho, seria útil esclarecer o motivo pelo qual considero este um tópico relevante da área. Há três motivos principais por que me parece importante discuti-lo.

1) Cabe àqueles que fazem pesquisa em LA considerar aspectos de natureza epistemológica da área. É necessário que se discuta como se dá a produção de conhecimento neste campo, principalmente porque em uma área de investigação tão nova a discussão contribui para definir a LA através da análise das formas de investigação. Na verdade, nota-se, no Brasil, um interesse cada vez maior pela compreensão do que seja LA, ie, como se produz conhecimento em LA. Os três encontros de LA realizados no ano de 1990 (cf Reunião do GT de LA na V ANPOLL - UFPE, II SIMPLA na UFRJ, e o I INPLA na PUC-SP) trataram da questão (cf Moita Lopes, 1991);

2) Muitas das pesquisas que se produzem, no Brasil, sob o rótulo de LA ignoram as tradições de pesquisa nas quais se inserem. Parece

essencial que, como pesquisadores e formadores de pesquisadores em LA, possamos refletir sobre as formas de produzir conhecimento em nosso campo. A constituição de um corpo de metachecimento sobre uma área de investigação é extremamente importante para o seu desenvolvimento;

3) Há ainda em LA, e não só no Brasil e não só em LA, ie, nas C. Sociais como um todo, uma forte tradição de pesquisa de base positivista que parece ou ignorar ou rejeitar outras formas de produzir conhecimento. Como exemplo, basta examinarem-se os catálogos do IX e do X Congresso Internacional de LA (AILA-90 e 93), onde se nota, claramente, em LA, uma preponderância de pesquisa de natureza positivista. Na verdade, os métodos quantitativos, nas C. Sociais, têm um status privilegiado e, geralmente, não são questionados. Há, contudo, formas inovadoras de investigação em LA, que, fazendo parte de uma tradição epistemológica diferente, podem ser reveladoras de conhecimento, que não está ao alcance da tradição positivista, devido a se basearem em princípios diferentes.

Essa tradição inovadora é o que se convencionou chamar de pesquisa interpretativista, de que trata o cerne deste trabalho. Para considerar a questão, vou fazer uma breve comparação entre as bases gerais em que se assentam a tradição positivista e a interpretativista, do ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico (cf Hitchcock & Hughes, 1989), para, a seguir, concentrar-me na pesquisa interpretativista, através da exemplificação de dois tipos de pesquisa dentro desta tradição: a etnográfica e a introspectiva, que já contam com alguns trabalhos representativos no Brasil.

Conforme Ochsner (1979: 70-71) aponta, estas duas tradições remontam a um debate filosófico antigo, que tem suas bases na antiguidade, ie, a visão monotética e a hermenêutica de pensar o mundo. O debate assenta em concepções diferentes sobre a existência do mundo social independentemente do homem, ie, do conhecimento que temos do mundo. Nas C. Sociais, como já disse acima, provavelmente devido à crença de que o fazer científico se deveria pautar pelos mesmos princípios que orientam as C. Naturais, há uma grande preferência pela posição positivista, considerada, muitas vezes, a maneira legítima de produzir ciência. Em outras palavras, o saber científico é o saber oriundo da tradição positivista, que tem, em muitos grupos de pesquisadores, o monopólio sobre a chamada verdade científica, o que

quer que isso seja. Deste ponto de vista, o mundo social existiria independentemente do homem.

Todavia, aqueles que defendem a posição interpretativista como a maneira mais adequada de produzir conhecimento nas C. Sociais argumentam que a natureza do objeto de investigação das C. Sociais é tão diversa do das C. Naturais, que não se justifica a utilização de meios e procedimentos das C. Naturais nas C. Sociais. A natureza do mundo social é de tal ordem que é necessário que se descubram meios adequados à produção científica nas C. Sociais (sendo esta, no meu entender, uma das tarefas da LA). O que é específico, no mundo social, é o fato de os significados que o caracterizam serem construídos pelo homem, que interpreta e re-interpreta o mundo a sua volta, fazendo, assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades.

A utilização da linguagem pelo homem, portanto, torna inadequado o uso dos mesmos procedimentos das C. Naturais nas C. Sociais, pois o objeto de investigação das C. Sociais faz uso da linguagem: "...diferentemente dos fenômenos físicos, os atores sociais atribuem significados a si mesmos, aos outros e aos contextos sociais em que vivem" (Hughes, 1990: 96). A linguagem possibilita a construção do mundo social e é a condição para que ele exista: "o significado não é o resultado da intenção individual mas de inteligibilidade inter-individual. Em outras palavras, o significado é construído socialmente ..." (Aronowitz & Giroux, 1991:93). Assim, a investigação nas C. Sociais tem que dar conta da pluralidade de vozes em ação no mundo social e considerar que isso envolve questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade. Na posição interpretativista, não é possível ignorar a visão dos participantes do mundo social caso se pretenda investigá-lo, já que é esta que o determina: o mundo social é tomado como existindo na dependência do homem. Tais seriam, então, as concepções ontológicas sobre a natureza do mundo social, em que se baseiam as duas tradições de pesquisa.

A concepção da forma de produzir conhecimento que subjaz a estas duas tradições também é diferente. Na positivista, só a experiência pessoal através da observação direta do fato a ser estudado é possível, enquanto que, na interpretativista, o acesso ao fato deve ser feito de forma indireta através da interpretação dos vários significados que o constituem.

Tais concepções determinam procedimentos metodológicos específicos que visam a captar aspectos diferentes do fato social, considerados como relevantes em cada uma das tradições. Na visão positivista, as variáveis do mundo social são passíveis de padronização, podendo, portanto, ser tratadas estatisticamente para gerar generalizações. Já na visão interpretativista, os múltiplos significados que constituem as realidades só são passíveis de interpretação. É o fator qualitativo, ie, o particular, que interessa. Para se falar de generalização é necessário que esta seja entendida de forma diferente, já que não procede de uma causa observável. É uma generalização construída intersubjetivamente, que privilegia a especificidade, o contingente e o particular. Acredita-se que é impossível controlar as variáveis, para usar um termo positivista, que caracterizam o homem / o mundo social, de modo que se possa demonstrar a causa de um fato observado. Na visão positivista, a realidade é passível de ser reduzida a uma causa, que se torna observável através da padronização da realidade em experimentos. Na visão interpretativista, a padronização é vista como responsável por uma realidade distorcida, ie, construída pelos próprios procedimentos de investigação, que trazem à tona, portanto, resultados de investigação que absolutamente não interessam por não captarem a multiplicidade de significados que o homem atribui ao mundo social ao constituí-lo. Na positivista, o elemento objetividade a qualquer preço é o que interessa, ie, os fatos sociais resistem a nossa vontade (cf Hughes, 1990:24), enquanto que, na visão interpretativista, o único preço a pagar é a subjetividade, ou melhor, a intersubjetividade, os significados que os homens, ao interagirem uns com os outros, constroem, destroem e reconstroem. E é justamente a intersubjetividade que possibilita chegarmos mais próximo da realidade que é constituída pelos atores sociais - ao contrapormos os significados construídos pelos participantes do mundo social. O foco é, então, colocado em aspectos processuais do mundo social em vez do foco em um produto padronizado.

À apresentação feita acima, subjaz uma clara preferência pela investigação de natureza interpretativista, que me parece mais adequada para tratar dos fatos com que o linguista aplicado se depara, além de ser mais enriquecedora por permitir revelar conhecimentos de natureza diferente devido ao seu enfoque inovador. Além disso, tendo trabalhado com a vertente positivista em pesquisas anteriores (como muitos pesquisadores em LA, minha iniciação em pesquisa foi feita com base no paradigma positivista), pude detectar como a interpretação de dados de

natureza quantitativa fica completamente arbitrária ou especulativa se dados de natureza subjetiva e qualitativa forem ignorados (cf Moita Lopes, 1990b). Contudo, parece-me essencial aqui que dois pontos fiquem claros para o pesquisador em LA: a) as implicações ontológicas e epistemológicas de suas escolhas metodológicas de investigação, sendo que estas muitas vezes dependem de fatores pragmáticos tais como tempo e financiamento disponíveis para concluir um doutorado, por exemplo; e b) o fato de que o paradigma positivista não tem nenhum monopólio sobre a verdade científica, embora haja marcado de tal modo a produção científica nas C. Sociais que é impossível ignorá-lo (cf Hughes, 1990). Ou seja, este trabalho deve ser entendido, na verdade, como uma problematização sobre a autoridade intelectual da produção científica, que, como diz Kuhn (1970), vincula-se também a processos de persuasão e propaganda.

O necessário é que o pesquisador tenha metachecimento sobre o seu processo de investigação e que, como Giorgi (1985) indica, submeta sua pesquisa a três critérios para caracterizá-la como científica. Assim, a investigação tem que ser: a) metódica (os procedimentos de investigação têm que estar claros); b) sistemática (o conhecimento produzido deve ser inter-relacionado, ou seja, a investigação de uma determinada questão não pode ignorar outras); c) criticada pelo próprio pesquisador e oferecida à crítica dos pares na comunidade científica. É a crítica do trabalho de pesquisa que, em última análise, pode anular os preconceitos idiossincráticos de cada pesquisador.

Assim, a linguagem é, ao mesmo tempo, a determinante central do fato social, como visto acima, e o meio de se ter acesso a sua compreensão através da consideração de várias subjetividades/interpretações dos participantes do contexto social sob investigação e de outros pesquisadores. Representa-se, portanto, a operação científica como sendo intrinsecamente subjetiva, já que é entendida como um modo particular de organizar a experiência humana por meio do discurso, sendo, portanto, uma construção social. A submissão à crítica da comunidade científica, porém, implica a questão de que um grupo de pesquisadores, devido à tradição de pesquisa sob a qual trabalha, pode considerar um tipo de investigação inaceitável. Isto tenderá a ocorrer em relação ao paradigma interpretativista, visto que o outro é, tradicionalmente, reconhecido como científico. Neste caso, parece-me que só restará ao pesquisador a argumentação apresentada aqui: a linguagem é, novamente, o caminho para solucionar o impasse.

Tendo considerado, acima, o porquê da pesquisa interpretativista, passo agora a tratar do como. Para **ilustrar** as formas de fazer pesquisa de base interpretativista, primeiramente, apresentarei alguns traços característicos da pesquisa etnográfica (que considera, primordialmente, aspectos sociais) e, a seguir, da pesquisa introspectiva (que é, essencialmente, de natureza psicológica) (2).

A pesquisa etnográfica origina-se na sociologia e na antropologia e focaliza o contexto social da perspectiva dos participantes. Isto é, em vez de considerar somente a observação do pesquisador externo, como tradicionalmente feito em pesquisa de base positivista, a pesquisa etnográfica leva em conta que em qualquer estudo contextualizado é essencial que se leve em consideração a visão que os participantes (sendo o observador-participante incluído aqui) têm do contexto e o todo do contexto social. Para Erickson (1986), a pesquisa de base etnográfica quer responder a quatro questões: 1) o que está acontecendo no contexto sob investigação?; 2) como os eventos estão organizados?; 3) o que significam para os participantes?; e 4) como podem ser comparados a outros em contextos diferentes?. Em última análise, o que o pesquisador deseja é entender os significados construídos pelos participantes do contexto social de modo a poder compreendê-lo.

Em LA este paradigma tem sido cada vez mais usado na área de pesquisa na sala de aula (cf van Lier, 1988), focalizando o processo de ensino/aprendizagem em oposição ao foco no produto da aprendizagem - típico de pesquisa positivista em sala de aula (cf Cavalcanti e Moita Lopes, 1991). No Brasil, os trabalhos de Bortoni (1991) e Moita Lopes (1990a) podem **exemplificar** esta tendência (3).

Para realizar tal investigação, o pesquisador quer interpretar os significados construídos pelos participantes na sala de aula de línguas. O acesso aos significados se dá através da utilização de instrumentos de pesquisa tais como diários (do pesquisador-participante, dos alunos e dos professores), gravação de aulas em vídeo e áudio, entrevistas, documentos, etc, que apresentam descrições/interpretações do contexto escolar. É a conjunção dos vários tipos de instrumentos que possibilita a triangulação dos dados com base em pelo menos três interpretações sobre o que ocorreu na sala de aula. A intersubjetividade tenta dar conta dos significados possíveis sobre a sala de aula e é um critério para estabelecer a validade da interpretação por parte do pesquisador.

A outra vertente de pesquisa de base interpretativista a que quero me referir aqui é a chamada pesquisa introspectiva, que assenta suas bases em psicologia cognitiva, e que tem despertado o interesse de lingüistas aplicados. No Brasil, são os trabalhos de Cavalcanti (1989) e de Paschoal (1992), e no contexto internacional, o livro editado por Faerch & Kasper (1987) e o volume 8(4) da revista *Text* de 1988, editado por Van Dijk e Wodak que podem ilustrar esta tendência.

Esta forma de pesquisa tem sido usada para investigar os processos que subjazem à compreensão e à produção lingüística e os processos de ensino/aprendizagem lingüística. Devido ao fato de estes processos não serem passíveis de observação direta, tem-se argumentado que uma maneira de se ter acesso a eles é através do uso da técnica de protocolo verbal, originalmente desenvolvida na Teoria de Resolução de Problemas, em que se solicitava que o sujeito sob investigação relatasse os passos envolvidos na resolução de uma tarefa-problema (cf Cavalcanti, 1987:234). Em poucas palavras, o uso desta técnica em LA, ao deslocar o foco tradicional da análise do produto -, ie, compreensão de um texto ou do produto de uma tradução, por exemplo, como forma de se ter acesso ao processo da leitura ou de tradução -, enfatiza o próprio processo, ao solicitar-se que leitores/tradutores verbalizem - descrevam - o que está ocorrendo ao lerem ou traduzirem um texto.

Cohen (1987: 84) discute três tipos de dados de relatos verbais usados por pesquisadores na área de aprendizagem de línguas: auto-relato (em que o informante fornece informação sobre o que ele pensa que faz, sem que nenhum evento específico de aprendizagem esteja em processo), auto-observação (que se centra em um evento específico de aprendizagem), e auto-revelação (em que o informante tem que deixar a mente fluir quando alguma informação lingüística está sendo processada). De posse das descrições/interpretações, o pesquisador passa a interpretá-las na tentativa de compreender os processos em estudo. A técnica de triangulação é usada também como forma de dar conta da intersubjetividade, que é típica da tradição interpretativista.

Uma das dificuldades dos dois tipos de pesquisa relaciona-se à abundância de dados com que o pesquisador se depara na interpretação e na divulgação de resultados, principalmente devido aos espaços reduzidos para a publicação. A questão da interpretação pode ser resolvida através de uma tática de análise de dados que primeiramente

trabalha com base na procura das regularidades que surgem nos dados (padrões de unidades de significados) e que possibilitam a formação de um arquivo de dados, relacionados à(s) questão(ões) sob análise, que podem ser então novamente re-interpretados a partir do confronto com dados provenientes de outros instrumentos ou de novas investigações. Já quanto ao problema da divulgação, resta ao pesquisador usar sua capacidade de fazer julgamentos sobre os dados e escolher aqueles que melhor ilustrem sua interpretação, estando claro, portanto, que os dados refletem sua **interpretação**, e que a sua totalidade deve estar disponível para outros pesquisadores-interpretadores, como forma de oferecer seu trabalho à crítica (4).

Para finalizar, gostaria de, citando Hughes (1990:152), indicar que é provável que: "A procura pelo conhecimento absoluto e certo deva ser abandonada e substituída por uma série infinita de interpretações do mundo", que estão política e historicamente situadas. Esta talvez seja um modo de fazer ciência mais adequado aos dados com que nos deparamos em LA ou de dar conta do fato de que a linguagem é, ao mesmo tempo, condição para a construção do mundo social e caminho para encontrar soluções para compreendê-lo.

(Recebido em 03/04/92/ Aceito em 12/03/93)

NOTAS

1. Este trabalho se tornou possível graças a uma bolsa de pesquisa do CNPq (300194-86/2) e a um auxílio da FUJB (3825-3). Agradeço à Sílvia Brandão (UFRJ) pelas sugestões feitas a uma primeira versão deste trabalho.
2. Gostaria de enfatizar que há diferentes metodologias de pesquisa de natureza interpretativista em uso na área de LA (cf Cavalcanti & Moita Lopes, 1991, por exemplo, para outros tipos). O que se apresenta aqui é somente uma ilustração.
3. É preciso salientar que as pesquisas exemplificadas neste trabalho não refletem, necessariamente, *in toto* a visão de pesquisa interpretativista apresentada acima, sobretudo no que se refere ao fato de o ato de pesquisar ter sido descrito aqui como inscrito historicamente e politicamente. Ressalve-se, também, que há outros pesquisadores no Brasil trabalhando com etnografia e introspecção; o que se oferece é uma pequena exemplificação.
4. Frederick Erickson, um dos grandes pesquisadores a fazer uso de etnografia, em recente comunicação pessoal, argumentou que o uso de estatística descritiva pode ajudar a esclarecer a quantidade de dados presentes no corpus,

referentes a uma questão em estudo, que permite uma interpretação determinada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARONOWITZ, S. & H.A. GIROUX (1991) *Postmodern Education*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BORTONI, S.M. (1991) Educação bidia-letal: o que é ? é possível? Trabalho apresentado no III Simpósio de Linguística Aplicada: Língua Estrangeira e Língua Materna da UFRJ.
- CAVALCANTI, M. & L.P. MOITA LOPES (1991) Implementação de pesquisa na sala de aula no contexto brasileiro, *Trabalhos de Linguística Aplicada*, 17: 133-144.
- CAVALCANTI, M. (1989) *Interação Leitor Texto*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- CAVALCANTI, M. (1987) Investigating FL reading performance through pause protocols. IN: C. Faerch & G.Kasper (eds.) (1987), 230-250.
- COHEN, A. (1987) Using verbal reports in research on language learning. IN: C. Faerch & G. Kasper (eds.), 1987, 82-95.
- ERICKSON, F. (1986) Qualitative methods in research on teaching. IN: M.C. Wittrock (ed.), (1986).
- FAERCH, C. & G. KASPER (eds.) (1987) *Introspection in Second Language Research*. Clevedon: Multilingual Matters.
- GIORGI, A. (1985) *Phenomenology and Psychological Research*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- HITCHCOCK, G. & D. HUGHES (1989) *Research and the Language Teacher*. London: Routledge.
- HUGHES, J. (1990) *The Philosophy of Social Research*. London: Longman.
- KUHN, T. (1970) *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- MOITA LOPES, L.P. (1990a) Percepção do processo de ensino/aprendizagem de leitura em inglês: um estudo etnográfico. *Anais da VANPOLL*, 297-308.
- MOITA LOPES, L.P. (1990b) The evaluation of an EFL reading syllabus model: integrating experimental and ethnographic data. Trabalho apresentado no IX Congresso Internacional de L. Aplicada, Thessaloniki (ED 324950, coleção de micro-ficha da ERIC Clearinghouse on Languages and Linguistics).

- MOITA LOPES, L.P. (1991) Applied Linguistics in Brazil: a perspective, *Newsletter of The British Association of Applied Linguistics*, 39: 27-30.
- OCHSNER, R. (1979) A poetics of second language acquisition, *Language Learning*, 29, 1: 53-80.
- PASCHOAL, M.S. (1992) O processo de compreensão da metáfora na formação dos professores de língua materna. IN: M.S. Paschoal & M.A. Celani (orgs.) (1992), 233-246.
- PASCHOAL, M.S. & M.A. CELANI (orgs.) (1992) *Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC.
- VAN DIJK, T. & R. WODAK (eds.) (1988) *Verbal reports as data in text comprehension research. Text (Edição Especial)*, 8: 4.
- VAN LIER, L. (1988) *The Classroom and the Language Learner*. Londres: Longman.